



16427 - Roçados Borari: Identidade, Magia E Conservação Da Natureza

Borari Swiddens: Identity, Magic, And Nature Conservation

FERREIRA, Tatiane Braga¹; SABLAYROLLES, Maria das Graças Pires²

¹ Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. braga.tatiane@yahoo.com.br; ² Professora da Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. mpires@ufpa.br

Resumo: Este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar as formas de uso e manejo dos recursos naturais, realizadas pelos Borari da Aldeia Novo Lugar, TI Maró, Santarém-Pará, em seus roçados. Nele, serão caracterizados e analisados alguns aspectos básicos de seu sistema produtivo, os quais são essenciais, tanto para a garantia da sobrevivência física e social do grupo quanto para a preservação de seus recursos naturais. Neste sentido, serão discutidas, aqui, as atividades agrícolas e extrativistas realizadas pelos indígenas em seus roçados, bem como os ambientes onde são realizadas, a época do ano, as pessoas envolvidas em cada uma dessas atividades e os recursos naturais utilizados, em especial aqueles de origem vegetal. Foram realizadas entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, mapeamento participativo, observação direta e participante e a coleta e herborização de amostras botânicas de espécies vegetais. Atualmente vivem na aldeia 88 pessoas cuja organização sócio-política, religiosa e econômica é bem definida. As atividades de agricultura, coleta dos produtos das florestas, caça e pesca compõem o padrão de utilização dos recursos naturais pelos Borari, não havendo propriedade privada da terra. A divisão do trabalho entre os Borari é baseada no sexo e idade. A agricultura, através do sistema de corte e queima é a principal atividade de subsistência dos Borari, sendo o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) e o cará (*Dioscorea* sp.) as principais espécies cultivadas em seus roçados. Foram citadas pelos indígenas 14 espécies vegetais utilizadas e manejadas em suas unidades agrícolas. Os Borari possuem um grande conhecimento sobre os recursos vegetais locais, resultante de sua ancestralidade e ocupação territorial na região. A diversidade inter e intra-específica das espécies cultivadas em seus roçados é considerada alta. As formas de utilização e manejo dos recursos naturais da aldeia sempre foram orientadas por saberes locais, pois, o universo mítico dos Borari representa uma articulação entre a reverência aos rituais, ao modo de viver dos Borari e a conservação dos recursos naturais para as gerações posteriores.

Palavras-chave: Indígenas; Agricultura itinerante; Cosmologia; Terra Indígena Maró

Abstract: This research was developed aiming to present the natural resources use forms and management conducted by the Borari from Aldeia Novo Lugar, TI Maró, Santarém, Pará, Brazil in their swiddens. It will be characterized and analyzed some basic aspects of its production system, which are essential both for ensuring the physical and social survival of the group as to preserve its natural resources. In this sense, will be discussed here, agricultural and extractive activities by indigenous in their swiddens, as well as the environments in which they are performed, the time of year, people involved in each of these activities and the natural resources used, especially those of vegetal origin. Were conducted



structured and semi-structured interviews, participatory mapping, direct and participant observations and the collect and herborization of botanical samples from vegetal species. Currently 88 individuals live in the aldeia whose socio-political, religious and economic organization is well defined. The activities of agriculture, gathering of forest products, hunting and fishing make up the pattern of use of natural resources by Borari, with no private ownership of land. Division of work among the Borari is based on sex and age. The agriculture by slash and burn system is the principal means of subsistence of Borari, and mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) and cará (*Dioscorea* sp.) are the main species grown in their swiddens. Indigenous cited 14 plant species used and managed in their agricultural units. The Borari possess a great knowledge about local vegetal resources resulting of their ancestry and territorial occupation in the region. The inter and intra-specific diversity of the species grown in their swiddens is considered high. Forms of use and management of natural resources of the aldeia have always been guided by local knowledge; therefore, the mythical universe of Borari is a link between reverence for rituals, their way of living and conservation of natural resources for later generations.

Key words: Indigenous; Shifting cultivation; Cosmology; Maró Indigenous Land

Introdução

O modo como os indígenas manejam os recursos naturais baseia-se numa filosofia ambiental distinta da vigente em sociedades ocidentais (ALCÂNTARA, 2000; CASTRO, 2000; DIEGUES, 2000). Pautado num conhecimento, onde as práticas são integradas às crenças, o manejo dos recursos naturais envolve diferentes níveis de abstração, tais como a noção de espírito e seres mitológicos (POSEY, 1992). Diegues (1999) afirma que estudos como os de Balée (1988 e 1992) e Gomez-Pompa (1971 e 1972), dentre outros, mostram que a manutenção e o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais estão relacionados intimamente com as práticas tradicionais de agriculturas de povos primitivos.

O manejo agroflorestal indígena, propicia tanto o aumento da biodiversidade (POSEY, 1987b), como também, a itinerância nos espaços territoriais (LEONEL, 2000). O abandono das áreas de produção após algum tempo de uso possibilita a regeneração da floresta, já que “Mediante o manejo adequado das espécies vegetais e do solo, os ecossistemas são manipulados em sistemas de rotatividade garantindo o restabelecimento dos mesmos após um período de uso” (ALBUQUERQUE, 2005, 50).

Segundo Peroni e Martins (2000), a agricultura itinerante, de origem indígena, estabelece paisagens em mosaico que permitem a manutenção dos processos ecológicos e a exploração de diversos produtos, pois mesclam-se áreas de vegetação natural madura e diferentes estágios de sucessão ecológica. Estas técnicas e práticas de manejo utilizadas pelos indígenas podem ser consideradas ecologicamente sustentáveis, quando respeitam a complexidade dos ecossistemas (ALBUQUERQUE, 2005).

A Amazônia é apontada como lugar de origem de importantes inovações tecnológicas, como o manejo agroflorestal (ROOSEVELT, 1992). Poucos povos transformaram uma planta tão venenosa como a mandioca em alimento (LÉVI-STRAUSS, 1997). Neste sentido, este estudo foi desenvolvido com o objetivo de apresentar as formas de uso e manejo dos recursos naturais realizadas pelos Borari em seus roçados. Estes indígenas praticam a agricultura de corte e queima, cultivam suas roças de mandioca e fabricam a farinha, realizam a pesca e a caça tradicionais, coletam produtos da floresta (madeireiros e não-madeireiros) para suas necessidades (alimentação, construções de casas e outros, fabricação de utensílios e confecção de artesanatos), extraem da floresta, ainda, os remédios para a cura de seus males, tanto do corpo como do espírito.

Metodologia

A Aldeia Novo Lugar, pertence a Terra Indígena Maró – TI Maró, localizada à margem esquerda do Rio Maró. Situa-se na Gleba Nova Olinda, composta por 14 comunidades, entre elas as Aldeias indígenas, São José III, Cachoeira do Maró e Novo Lugar, que formam a TI Maró. A Gleba Nova Olinda é integralmente constituída por terras públicas arrecadadas no Oeste do Estado do Pará, Município de Santarém (INTERPA, 2007; IBAMA, 2007) (Figura 1).

A Aldeia Novo Lugar, do povo indígena Borari, faz limites com a Comunidade Fé em Deus (não indígena) e com a Aldeia Cachoeira do Maró do Povo Arapium. A única forma de acesso à aldeia é o transporte fluvial. Novo lugar fica distante cerca de 16 horas no inverno e aproximadamente 26 horas no verão, da cidade de Santarém.

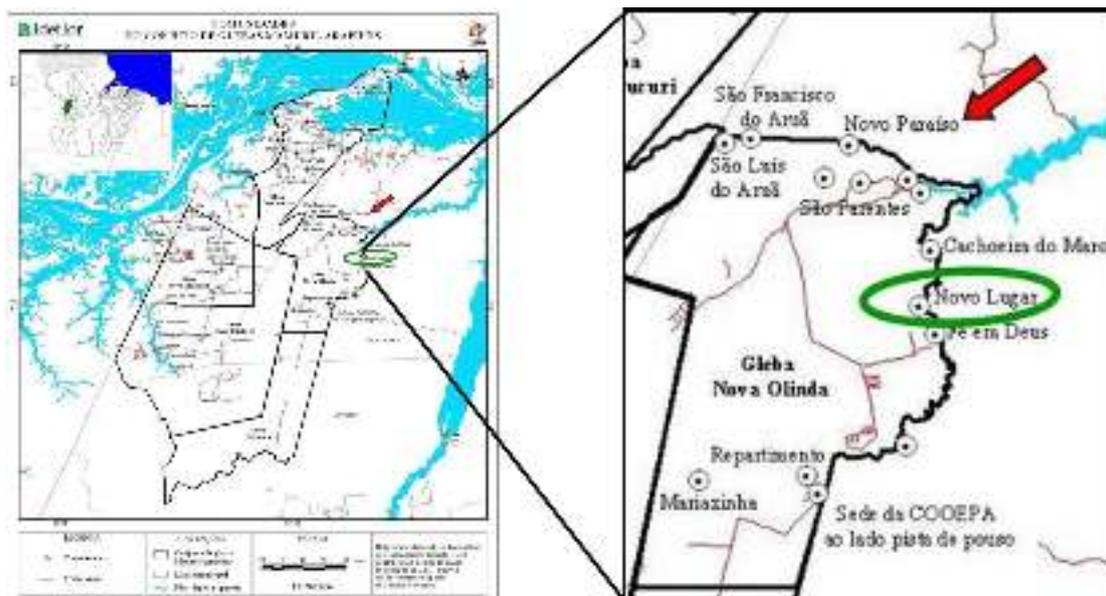


Figura 1. Localização da Aldeia Novo Lugar, TI Maró (indicada pela circunferência) na Gleba Nova Olinda (indicada pela seta vermelha), Santarém, Oeste do Pará. Fonte: Ideflor



O método utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa é o estudo de caso. O universo amostral é de 21 famílias (totalidade existente na aldeia). Foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados e de material botânico: entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, observação direta e participante, registro da história de vida, mapeamento participativo, técnica de lista livre, turnê guiada, coleta e herborização de amostras botânicas para identificação científica.

A pesquisa de campo desenvolveu-se em duas fases, distribuídas em cinco viagens à Aldeia. A primeira fase se deu na estação chuvosa e a segunda na seca, onde as chuvas são raras. As duas fases garantiram 117 dias de permanência na aldeia. Foram levantadas informações acerca de suas práticas de uso e manejo dos recursos naturais desenvolvidas em suas unidades produtivas, os roçados. Através do mapeamento participativo obteve-se informações sobre a distribuição dos recursos vegetais, sobre a exploração dos mesmos em cada unidade agrícola e acerca dos sistemas de apropriação dos recursos naturais.

Resultados e discussões

Atualmente, vivem na aldeia 21 famílias, totalizando 88 pessoas. As lideranças sócio-políticas são efetivadas pelo 1º e 2º cacique. No entanto, nos assuntos internos da aldeia, estes recebem a ajuda de lideranças que orientam as atividades coletivas, são elas: liderança feminina; clube de futebol, grupo de jovens, equipe de catequese e as pessoas mais velhas da aldeia. Outra liderança é a Delegada Sindical, pois os indígenas são associados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR). Além de serem vinculados ao Conselho Indígena Tapajós-Arapiuns (CITA), entidade representante dos indígenas da região do Baixo Rio Tapajós

Em Novo lugar, não há propriedade privada da terra, ela pertence à comunidade e todos do grupo podem utilizá-la para a caça, pesca, coleta e agricultura, estas atividades produtivo-econômicas dos Borari não diferem das salientadas por Arenz (2000) em seu estudo "*A teimosia da pajelança*". Configurando, o que o autor chama de adaptação integral a seu habitat de rios e mata, já que o traço fundamental da cultura e tradição indígena é a integração ao meio ambiente (ARENZ, 2000).

Cada família é responsável pelo seu roçado, no entanto, determinadas atividades do trabalho na roça funcionam coletivamente em forma de puxirum. O puxirum é uma forma de trabalho realizado em grupo para colaborar com a preparação e implantação do roçado de uma família; funcionando em forma de rodízio, o puxirum beneficia a todos que dele participam. Enquanto os homens realizam os trabalhos com a terra, as mulheres se ocupam do preparo das comidas e bebidas que são consumidas até o fim dos trabalhos, fato igualmente retratado por Laraia (1986) entre os indígenas Tupi.



alimentação e renda. Entre os povos indígenas amazônicos, a agricultura de corte-queima é comumente a atividade produtiva mais praticada (HAVERROTH, 2010; PEZZUTI; CHAVES, 2009; PERONI, 2004; RIBEIRO, 2004; LEONEL, 2000; CHERNELA, 1997; POSEY, 1987b).

É o tipo de agricultura considerado menos intensivo da Amazônia, pois apresenta roçados pequenos e itinerantes, além de ciclos regulares de uso e pousio da terra (HAVERROTH, 2010; PERONI, 2004), consistindo-se num dos elementos mais importantes no sistema de manejo das áreas indígenas (PEZZUTI; CHAVES, 2009; DIEGUES; ARRUDA, 2001). Segundo Pezzuti e Chaves (2009), este tipo de agricultura constitui-se num dos meios essenciais para o manejo e gestão da fauna, pois as áreas em descanso podem propiciar habitat para muitas espécies de animais que se alimentam de diversas espécies de arbustos e gramíneas existentes nessas áreas (PEZZUTI; CHAVES, 2009; ANDERSON; POSEY, 1990; POSEY, 1987b).

A agricultura de corte e queima praticada pelos indígenas compreende várias etapas, formando um ciclo (HAVERROTH, 2010; PEZZUTI; CHAVES, 2009; RIBEIRO, 2004). O ciclo de uso do roçado pelos Borari envolve as seguintes etapas: a) abertura (broca): retirada de cipós e arbustos; b) derrubada de árvores, as quais são utilizadas para as construções de casas, móveis, bajaranas e remos, por exemplo; c) queima do local; d) retirada de materiais queimados que são utilizados como lenha. Cada roçado queima durante aproximadamente meio dia, no entanto, alguns não queimam completamente, fazendo-se necessário atear fogo novamente na área. O responsável pelo roçado toma os cuidados necessários para que o fogo não atinja locais indesejados como a floresta e os roçados vizinhos, causando prejuízos. Para isto, é feito o aceiro¹ nas laterais do roçado. Neste sentido, um dos estudos mais detalhados sobre o uso do fogo por indígenas foi o realizado por Darell Posey (1987b) com os Kayapó. O ciclo do roçado vai se completar com, e) plantio da maniva², os cuidados com o plantio (a limpeza ou capina da roça é feita de 2 em 2 meses, aproximadamente) e, após um ano, com a primeira colheita (em se tratando da mandioca).

Os novos roçados são abertos comumente no verão (estação seca), fato observado também por Haverroth (2010), Pezzuti e Chaves (2009), Martins (2006), Anderson e Posey (1990) e outros pesquisadores. Após a abertura dos roçados, aguarda-se alguns meses para que a vegetação derrubada seque e a queima seja realizada. A queima dessa vegetação disponibiliza nutrientes ao solo (MARTINS, 2005; PERONI, 2004) que servem de fertilizantes e neutralizam sua acidez (HAVERROTH, 2010). Posey (1987b) destaca o uso do fogo pelos Kayapó como uma técnica utilizada no

¹ Aceiro é o desbaste, de 1 metro, em volta do roçado, para que o fogo não ultrapasse esse limite.

² Estacas retiradas do caule da mandioca, que garantem a reprodução vegetativa dessa espécie.

manejo dos recursos com o objetivo de fertilização do solo e abertura de espaço aos cultivos, além do controle da população de cobras e escorpiões.

O abandono da área para o pousio da terra fecha o ciclo de um roçado. O roçado borari é cultivado, geralmente, por dois anos, em sistema de replanta, e a área fica em pousio por, no mínimo, quatro a seis anos. A área em pousio, no entanto, continua fornecendo vários produtos cultivados durante anos (HAVERROTH, 2010; POSEY, 1987b). É possível coletar alguns produtos dos roçados abandonados pelos Borari, tais como: banana, abacaxi, mangarataia, dentre outros. O que coincide com o documentado por Ramos (2008) em seu estudo com os Yanomami.

Além de coletar produtos de origem vegetal dos roçados em pousio, os Borari também utilizam essas áreas para a caça de animais, como: o veado e a cutia. Após o tempo de pousio, as roças antigas são, geralmente, rebatidas, requeimadas e replantadas. A mão-de-obra e o tempo dispensado para esse trabalho é menor e mais fácil, se comparado a implantação de novos roçados em florestas ou ainda em capoeiras muito antigas. No entanto, como adverte Pezzuti e Chaves (2009), o rendimento também pode ser menor, devido ao esgotamento do solo. Todos os informantes mencionaram possuir roças novas (de primeiro plantio) e roças mais antigas já no segundo plantio, semelhante ao relatado por Ramos (2008) entre os Yanomami. Em quase todas as roças, foi possível perceber que haviam manivas estocadas, oriundas da primeira colheita, prontas para o replantio.

Além da mandioca, uma variedade de outras plantas alimentícias é encontrada nestes espaços, tais como: cará (*Dioscorea* sp.), abacaxi (*Ananas comosus* (L.) Merril), batata-doce (*Ipomoea batatas* L. (Lam.)), maxixe (*Cucumis anguria* L.), jerimum (*Cucurbita pepo* L.), cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum* L.), banana (*Musa* sp.), mangarataia (*Zingiber officinalis* Rosc.), Mangarataia amarela (*Zingiber* sp.) melancia (*Citrullus vulgaris* Schard.), pimenta-de-cheiro (*Capsicum* sp.), milho (*Zea mays* L.) e arroz (*Oryza* sp.). Este fato é considerado, por autores como, Schröder (2003) e Martins (2005), como uma forma de minimizar os riscos de pragas, já que associação de plantas em uma roça diminui a competição e aumenta a utilização de recursos.

Muitos autores consideram a mandioca como o principal cultivo do sistema agrícola dos povos indígenas da Amazônia como, por exemplo, Pezzuti e Chaves (2009), Laraia (1986) e Kerr e Clement (1980). Chernela (1997) registrou, em seu estudo com os índios do Uaupés, o cultivo de várias espécies: banana, abacaxi, inhame, batata-doce, pimenta, coca, pupunha, umari, ingá e muitas plantas de uso medicinal. Entretanto, relata a autora, a mandioca ocupa 91% de toda a área cultivada. Já outros autores registraram diferenças quanto ao principal produto cultivado nos roçados indígenas estudados. Schröder (2003) cita o milho e a banana, como o principal cultivo entre os Yanomami, resultado semelhante entre os Kaninauá e os Yawanawa (CAMPOS; EHRINGHAUS, 2003).

A maioria das famílias Borari possui de um a três roçados e a mandioca, em suas diferentes variedades é o cultivo principal e predominante. Foram registradas entre os Borari 30 variedades de mandioca. Segundo Kerr e Clement (1980), a mandioca é uma das espécies mais antigas dos índios sul-americanos, datando entre quatro e dez mil anos. Sendo uma das principais espécies cultivadas na Amazônia, representada por numerosas variedades, se constitui numa das principais fontes de carboidrato (PINTON; EMPERAIRE, 2004;). Outra planta cultivada em menor escala, mas considerada como a segunda mais importante nos roçados borari, é o cará, representada com quatro diferentes variedades.

Em seus estudos com os indígenas na Amazônia, Kerr e Clement (1980) encontraram os seguintes números de variedades de mandioca: 40 entre os Desâna; 17 entre Yamamadi; 14 entre Galibí; 14 entre Tikuna-Umarí-açu; e 12 entre Paumarí. Em relação ao cultivo do cará, os Desâna cultivam oito variedades diferentes (KERR; CLEMENT, 1980). Emperaire (2002) registrou uma grande variedade de mandioca entre os indígenas da Amazônia Brasileira. Entre os Tukano, foram 89 variedades; entre os Baniwa 74; 60 entre os Baré; 13 e 19 entre os Sateré-Mawé de Marau Nova Esperança e Sateré-Mawé de Marau Nova Aldeia respectivamente (EMPERAIRE, 2002).

A mandioca é geralmente estocada na própria roça e a colheita é feita conforme as necessidades dos Borari. Estes indígenas consomem a mandioca de várias formas, que vai desde cozida ou em forma de mingau (macaxeira, manicuera - mandioca mansa), até a farinha e seus derivados (mandioca brava), tucupi, tapioca (povilho), beijus (em suas diversas formas: beiju cica, mole, beiju duro, beiju de tapioca, entre outros), tarubá, tiborna, crueira, carimã (os dois últimos são uma espécie massa bem peneirada de mandioca para fazer mingau e bolos) e outros. O processo de beneficiamento da mandioca varia de acordo com a forma de consumo.

O tamanho dos roçados borari varia entre 0,125 ha e 0,25 ha (2 e 4 tarefas, cada tarefa medindo 625 m²). Em termos gerais, segundo Diegues e Arruda (2001), o tamanho das roças varia entre 0,5 e 5 ha entre os povos indígenas da Amazônia. Mas, Pezzuti e Chaves (2009), em seu estudo com os Deni, registraram roçados em torno de 15 ha. A diferença nos tamanhos dos roçados entre os indígenas pode ser devido ao número de indígenas na aldeia. Se a aldeia tiver baixa densidade demográfica, os roçados tendem a ser menores ou, ainda, quando os roçados são coletivos, estes são maiores, como é caso dos Deni. A distância entre os roçados dos Borari e a sede da aldeia varia bastante e pode estar entre 20 minutos e 1 hora e 10 minutos de caminhada.

Segundo os Borari, os inimigos mais pertinazes dos roçados são as formigas saúvas que atacam a mandioca ainda jovem. O controle dessas formigas é feito através de



uma mistura de tucupi³ e sal, jogado sobre o formigueiro. Animais, como veados, cutias, capivaras e pacas, atacam as roças causando prejuízos aos indígenas, necessitando de vigilância constante dos donos.

Além dos cuidados já citados anteriormente, os Borari também fazem reverências à crenças e ritos, cuidados considerados importantes para o sucesso do ano agrícola. Antes do plantio da mandioca, são realizados dois rituais, tidos como principais pelos indígenas: o *ritual do plantio*, mais conhecido como o *ritual da mãe-da-roça*, referente à etapa de plantio; e o *ritual da fumaça*, referente ao ritual de crescimento das plantas, destinado a fortalecer o crescimento da mandioca. Em linhas gerais o ritual da mãe-da-roça consiste em desenhar um jacaré ou arraia na roça antes do plantio, posteriormente planta-se a maniva até preencher todo o desenho, assim o "bicho" come as doenças e pragas que atacariam o roçado.

O ritual da fumaça baseia-se na defumação do roçado. Em um casco de jabuti, coloca-se a mistura de algumas ervas colhidas na floresta e ossos de cobra, queima, e defuma os cantos do roçado, após a defumação o casco do jaboti é deixado no roçado para que o ritual atinja seu objetivo. Esses rituais foram e são passados pelas gerações de Borari. Além dos dois rituais descritos acima, os Borari ainda fazem o *mauari*, que consiste na plantação, em forma de cruz, da maniva. Este é realizado logo após a queima do roçado com o objetivo de proteger a roça de pragas (lagartas) e da queima das folhas novas da mandioca. Outro cuidado considerado muito importante pelos Borari é a questão da mulher menstruada. Esta não pode ir à roça porque atrai as formigas.

Conclusões

A alta diversidade inter e intra-específica das espécies cultivadas nos roçados da Aldeia Novo Lugar são características dos sistemas de produção dos Borari. Sua complexidade reflete a dimensão do conhecimento necessária para manejá-la, bem como as relações sociais estabelecidas, como: o trabalho coletivo, as redes de trocas de plantas e o consórcio de espécies. O universo mítico dos Borari representa uma articulação, entre a reverência aos rituais, ao modo de viver dos Borari, expressado através de suas práticas políticas, sociais e culturais, além de sua relação com a natureza.

Os resultados apresentados aqui demonstram que, até o momento, as atividades agrícolas praticadas por esses indígenas não representam ameaças à manutenção dos ecossistemas locais, na escala em que ocorrem, pois estes não desmatam grandes áreas para a implantação de seus roçados e só cortam ou derrubam árvores em casos realmente necessários, caso contrário, estas são sempre

³ Tucupi é um líquido extraído da mandioca, é obtido após a mandioca ter sido ralada, a massa é espremida e o líquido é separado.



poupadas. As formas de utilização e manejo dos recursos naturais da Aldeia Novo Lugar sempre foram orientadas por saberes locais que mantiveram, em sua prática, a conservação dos recursos naturais para as gerações posteriores.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, U. P. de. **Etnobiologia e biodiversidade**. Recife: UPEEA/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2005. 78p. (Série Estudos e debates).

ALCÂNTARA, L. **Povos indígenas no Brasil: como vivem nossos contemporâneos**. Brasília, Senado Federal, 2000, 80p. (Caderno de Debates, Coleção Idéias, nº 6).

ANDERSON, A. B.; POSEY, D. A. O reflorestamento indígena. In: BOLOGNA, G. (Org.). **Amazônia, adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 199-210.

ARENZ, K.H. **A teimosia da pajelança: o sistema religioso dos ribeirinhos da Amazônia**. Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), 2000. 176 p.

BALÉE, W.A. Biodiversidade e índios amazônicos. In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M.C. da (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP: FAPESP, 1993, p. 385-393. (Série Estudos).

CAMPOS, M.T.; EHRINGHAUS, C. Plant virtues are in the eyes of the beholders: a comparison of known palm uses among indigenous and folk communities of southwestern Amazonia. **Economic Botany**, v. 57, n. 3, p. 324-344, 2003.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo, HUCITEC/ NUPAUB/USP, 2000, p.165- 182.

CHERNELA, J.M. Os cultivares de mandioca na área Uaupés (Tukâno). In: RIBEIRO, B.G (Org). **Suma Etnológica Brasileira**, Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Belém: Editora Universitária UFPA, 1997, p.171-180.

DIEGUES, A.C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo, HUCITEC/ NUPAUB/USP, 2000, p. 1- 46.

DIEGUES, A.C. (Org.). **Biodiversidade e as comunidades tradicionais no Brasil: os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. NUPAUB-USP/ PROBIO – MMA/ CNPq. São Paulo. 1999, 211 p.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília, Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001. 176p.



ELOY, L. e LASMAR, C. Urbanização e transformação dos sistemas indígenas de manejo de recursos naturais: o caso do alto rio Negro (Brasil). **Acta Amazônica**, v.41, n.1, p. 91-102, 2011.

EMPERAIRE, L. O manejo da agrobiodiversidade – o exemplo da mandioca na Amazônia. Pp. 189-201. In: BENSUSAN, N. **Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por quê?** ISA, UnB, 2002. 428p

HAVERROTH, M. Agricultura indígena e princípios agroflorestais. In: SILVA, V. A. da; ALMEIDA, A. L. S. de; ALBUQUERQUE, U.P. (Orgs.). **Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas e natureza na América Latina**. Recife: NUPEEA, 2010, p. 305-320. (Série Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia).

IBAMA. **Relatório técnico: vistoria na Gleba Nova Olinda**. Santarém, Pará, 2007.

ITERPA. **Relatório técnico: Gleba Nova Olinda I no Município de Santarém**. Pará: ITERPA, Belém, 2007, 16 p.

KERR, W.E.; CLEMENT, C.R. Práticas agrícolas de conseqüências genéticas que possibilitaram aos índios da Amazônia uma melhor adaptação às condições ecológicas da região. **Acta Amazônica**, v.10, n.2, p. 251-261, 1980.

LARAIA, R. B. **Tupi: índios do Brasil atual**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. 303 p.

LEONEL, M. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados**, v.14, n.40, p. 231-250, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. O uso das plantas silvestres da América do Sul Tropical. In: RIBEIRO, B.G (Org). **Suma Etnológica Brasileira**, Edição atualizada do Handbook of South American Indians. 3ª ed. Belém: Editora Universitária UFPA, 1997, p. 19-42.

MARTINS, H. M. **Os Katukina e o Kampô: aspectos etnográficos da construção de um projeto de acesso a conhecimentos tradicionais**. 2006. 161 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – UNB, Brasília. 2006.

MARTINS, P. S. Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos. **Estudos Avançados** v.19, n.53, p. 209-220, 2005.

PEDROSO, N.N.J.; MURRIETA, R.S.S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema de transformação. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, n.2, p. 153-174. 2008. (Série Ciências Humanas, v.3)

PERONI, N.; MARTINS, P. S. Influência da dinâmica agrícola itinerante na geração de diversidade de etnovarietades cultivadas vegetativamente. **Interciencia**, v.25, n.1, p. 22-27. 2000.



PERONI, N. Agricultura de pescadores. In BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: NEPAN/UNICAMP, NUPAUB/USP, FAPESP, 2004. p. 59-88.

PEZZUTI, J.; CHAVES, R. P. Etnografia e manejo de recursos naturais pelos índios Deni, Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v.39, n.1, p. 121-138, 2009.

PINTON, F. & EMPERAIRE, L. Agrobiodiversidade e agricultura tradicional na Amazônia: que perspectivas? In: Sayago, D., Tourrand, J.F., Bursztyn, M. (Orgs.). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília, Universidade de Brasília. 2004, p. 73 – 100.

POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, B.G (Org). **Suma Etnológica Brasileira**. 2. ed., Rio Janeiro: Vozes, 1987b, p. 173-185.

POSEY, D.A. Etnobiologia e etnodesenvolvimento: importância da experiência dos povos tradicionais. In: **Seminário Internacional sobre meio ambiente, pobreza e desenvolvimento da Amazônia (Anais)**, 1992, Belém. Belém: Governo do Estado do Pará. 1992. p. 112-117.

RAMOS, A.R. O paraíso ameaçado: sabedoria Yanomami versus insensatez predatória. **Antípoda**, n. 7, p. 101-117, 2008.

RIBEIRO, B. G. A contribuição dos povos indígenas à cultura brasileira. In: LOPES, A. da S.; GRUPIONE, L.D (orgs.). **A temática indígena nas escolas: novos subsídios para professores de 1º e 2º grau**. 4ªed. Brasília: MEC/MARI/UNESCO. 2004. 575p.

ROOSEVELT, A.C. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. (Org.): **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 53-86.

SCHRÖDER, P. **Economia Indígena**: situação atual e problemas relacionados a projetos indígenas de comercialização na Amazônia Legal. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, 177 p.